

*Francisco Ilídio
Ferreira Rocha*

manual de
BIODIREITO

2019
2ª edição



STJ00108880



Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Francisco Ilídio Ferreira Rocha.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Tales Leon de Marco
<i>Diagramação</i>	Bárbara Rodrigues da Silva Enzo Zaqueu Prates Leda Érica Câmara

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

1160859

ROCHA, Francisco Ilídio Ferreira.
Manual De Biodireito-- 2 ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
364 p.

ISBN: 978-65-80444-94-6

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Biodireito. I. Título. II. Autor

CDD347.1

CDU342.1

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	19
I. A PROTEÇÃO DA VIDA HUMANA NA HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	27
1.1. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1824	27
1.2. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1891	28
1.3. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1934	30
1.4. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1937	32
1.5. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1946	34
1.6. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1967	36
1.7. A Proteção da Vida Humana na Constituição de 1988	38
2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A PROTEÇÃO DA VIDA	43
2.1. A Dignidade da Pessoa Humana Como Alicerce dos Direitos Fundamentais	43
2.2. A Dignidade da Pessoa Humana e o Valor do Ser Humano	47
2.3. A Dignidade da Pessoa Humana por Immanuel Kant	48
2.4. Implicações do Valor da Vida determinado por critérios Subjetivos	53

2.5. Implicações do Valor da Vida Determinado Por Critérios Instrumentais.....	56
2.6. O Valor Imanente Da Existência Humana E Suas Implicações.....	59
3. O DIREITO À VIDA E OS DIREITOS CONCERNENTES À VIDA.....	67
3.1. A Distinção entre o Direito à Vida e os Direitos Concernentes à Vida.....	67
3.2. O Direito à Vida como Superação de um Antigo Paradigma de Estado.....	68
3.3. O Direito à Vida e o Direito a ter Direitos.....	73
3.4. Direito à Vida e o Direito à Existência.....	76
3.5. Direito à Vida e Direito à Existência Digna.....	80
3.5.1. Caso Gleitman <i>versus</i> Cosgrove.....	81
3.5.2. Direito à não existência no Supremo Tribunal de Justiça de Portugal.....	83
3.5.3. O direito à vida e os pleitos de <i>wrongful life</i>	85
3.6. Distinção entre Direitos à Vida e Direitos Concernentes à Vida.....	88
3.7. Os Âmbitos de Proteção Constitucional da Vida Humana.....	91
3.8. A Vida nua: Insacrificabilidade e Matabilidade por Giorgio Agamben.....	91
3.9. Matabilidade e Mortalidade.....	97
4. DO VALOR DO BEM JURÍDICO VIDA E SUA PROTEÇÃO PELO DIREITO PENAL.....	107
4.1. O Desenrolar Histórico do Conceito de Bem Jurídico.....	107
4.2. O Conceito de Bem Jurídico e suas Implicações.....	127
4.3. O Valor do bem Jurídico Vida no Direito Penal Brasileiro.....	136
4.3.1. O valor da vida em função do lugar.....	144
4.3.2. O valor da vida em função do tempo.....	158
5. A VIDA HUMANA SEM VALOR E SEM PROTEÇÃO.....	173
5.1. A Vida Humana sem valor como aquela excluída do suposto de Fato do Direito à Vida.....	173

5.2. Do suposto de fato e o âmbito de Proteção dos bens Jurídicos Constitucionalmente Tutelados.....	176
5.3. A Inviabilidade e a Proteção da Vida em razão do local nos termos da Decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 3.510/DF.....	187
5.4. A Inviabilidade e Morte Cerebral nos termos da Decisão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental N. 54/DF.....	202
5.5. A Vida sem valor a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	229
6. O INÍCIO DA VIDA HUMANA DIGNA DE PROTEÇÃO JURÍDICA.....	231
6.1. O termo inicial da Proteção Jurídica da Vida Humana.....	231
6.2. Os Supostos de fato Para a Vida Digna de Proteção.....	237
6.3. A Proteção Jurídica daquele que vive Intrauterinamente.....	240
6.4. O Abortamento legal e sua Natureza Jurídica.....	244
7. O DIREITO AO PRÓPRIO CORPO.....	249
7.1. Direito sobre o próprio corpo como direito de personalidade.....	249
7.2. Disponibilidade do Corpo Humano.....	256
7.2.1. O corpo Humano como bem fora do comércio.....	257
7.2.2. Disponibilidade e contrariedade aos bons costumes.....	258
7.2.3. Disponibilidade e Redução Permanente da Integridade Física.....	262
7.3. Cosmetologia Cirúrgica.....	264
7.4. Intersexualidade e Transexualidade.....	266
7.5. Doação de Órgãos, tecidos e partes do Corpo Humano.....	274
7.5.1. Doação <i>Post Mortem</i>	277
7.5.2. Doação <i>Inter Vivos</i>	284
7.6. Doação de Sangue.....	287
7.7. Doação de Gametas.....	297
7.8. Doação de Cadáveres.....	304

8. O TÉRMINO DA VIDA DIGNA DE PROTEÇÃO JURÍDICA	307
8.1. A Morte Juridicamente Relevante.....	307
8.2. Consequências Jurídicas da Morte Humana.....	316
8.3. A Disponibilidade sobre a própria Vida.....	318
8.4. Os limites da disponibilidade sobre a própria Vida.....	321
8.4.1. O suicídio no ordenamento jurídico brasileiro.....	322
8.4.2. A eutanásia no ordenamento jurídico brasileiro.....	332
8.4.3. Crítica à tutela jurídica do suicídio e da eutanásia no Brasil.....	334
8.5. A Ortotanásia, Testamento Vital e a Disponibilidade da Própria Vida.....	337
 REFERÊNCIAS	 345